



LEGISLATIVO BUSCA SOLUÇÃO PARA CRISE NA SUINOCULTURA

Comissão de Agricultura quer redução do preço do milho, benefícios tarifários de energia e incentivo ao consumo da carne

A Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa assumiu a missão de intermediar a crise enfrentada pelos suinocultores catarinenses. Em audiência pública realizada no dia 22, os deputados ouviram os produtores, que contabilizam perdas decorrentes do aumento do custo dos insumos e do embargo russo à carne suína.

Sem recursos para saldar seus compromissos financeiros, os suinocultores pediram ajuda dos parlamentares, que se comprometeram em pressionar o governo federal a prorrogar as dívidas de custeio e de investimentos, liberando ainda novas linhas de crédito.

No dia 28, a Comissão de Agricultura recebeu representantes do setor, que elegeram as ações necessárias para reverter os prejuízos. Entre as medidas, estão redução do preço da saca do milho, benefícios tarifários na energia elétrica e o lançamento de campanha de incentivo ao consumo de carne suína.



Deputado Moacir Sopelsa comanda audiência pública que discutiu os prejuízos enfrentados pelos produtores de suínos em Santa Catarina

SOLON SOARES

PÁGINAS 6 e 7

OS 180 ANOS DA IMPRENSA



FABIO QUEIROZ

Sessão destaca trajetória da mídia em Santa Catarina

PÁGINAS 4 e 5

O EMPREENDEDORISMO DE SC



CADERNO ESPECIALIDADES

ARQUIVADAS
MPS DO
MAGISTÉRIO

PÁGINA 10

MAIS PRAZO
PARA LDO E
REVIGORAR

PÁGINA 11

JUNTO DA FAMÍLIA



Não existe nada mais perverso do que separar uma criança de sua família em um momento de dor. Foi com esse propósito, de tentar manter as famílias unidas quando um filho precisa de atendimento médico, que venho batalhando para que os atendimentos de alta complexidade pediátrica sejam descentralizados para os hospitais do interior.

Hoje praticamente todos os atendimentos graves nas áreas de oncologia, neurologia, ortopedia e cardiologia são encaminhados para o Hospital Joana de Gusmão, em Florianópolis, ou para o Jeser Amarante, de Joinville.

Os pais e os pequenos doentes se submetem a grandes deslocamentos, às vezes sem condições de enfrentar tratamentos que duram meses. Já vi pais que precisaram largar do emprego para ficar com o filho na Capital se tratando de câncer. E sei que nessas horas o apoio da família, dos pais,

irmãos e avós para a recuperação da criança é fundamental.

É possível descentralizar os recursos de alta complexidade para hospitais do interior. Há instituições em Criciúma, Itajaí, Lages, Chapecó, por exemplo, com condições físicas e humanas de atender bem esses serviços. Uma decisão administrativa, somada a algumas ações da União podem resolver o problema. Com certeza será um passo muito importante para cortar esse caminho.

Enquanto fui Secretário de Estado da Saúde avançamos muito na descentralização da alta complexidade para os adultos. Agora amadureceu a fase pediátrica. Acredito que juntos, olhando para o bem que será feito pelas crianças doentes, poderemos garantir que o atendimento seja feito mais próximo dos seus.

DEPUTADO DADO CHEREM (PSDB)

ECONOMIA CATARINENSE



A antiquada política macroeconômica do Banco Central (taxas de juro exorbitantes, supervalorização cambial, etc.) permanece inviabilizando a reestruturação efetiva do instituto da reserva de mercado, prejudicando sobremaneira o setor industrial e bloqueando a pauta de reivindicações da classe trabalhadora.

As estatísticas recentes de Santa Catarina, unidade federativa modelo em termos de estrutura industrial, explicitam essa situação. De acordo com recente pesquisa da FIESC, 40% das empresas catarinenses são negativamente atingidas pela entrada de produtos chineses em nosso mercado e cerca de 60% pela concorrência externa desigual, o que acaba por forçar a terceirização da produção (17% dos casos verificados) e ampliar os níveis de desemprego (vide os casos dos setores têxtil da Grande Florianópolis, Brusque e Blumenau, moveleiro do Planalto Norte e Oeste e de revesti-

mentos cerâmicos no Sul). Isso sem falar em nosso déficit comercial de US\$ 513 milhões e na baixa taxa de crescimento comparativamente a outros estados brasileiros.

É missão basilar do conjunto de poderes constituídos a ativação de todos os dispositivos institucionais existentes no sentido de viabilizar a ampliação da rentabilidade do setor produtivo, posicionando-o como eixo central do desenvolvimento catarinense e brasileiro. A condução dos padrões de tributação a patamares civilizados, a melhoria da defasada infra-estrutura estadual (contorno viário Biguaçu – Palhoça, trecho sul da BR 101, etc.) e a manutenção de diálogo constante com o governo federal são componentes centrais do conjunto de proposições de nosso mandato.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (PCdoB)

PRORROGADAS INSCRIÇÕES PARA A CERTIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

As inscrições para participar da Certificação e do Troféu de Responsabilidade Social - Destaque SC - foram prorrogadas até o dia 31 de julho. De acordo com a comissão responsável, o adiamento do prazo final, previsto para 30 de junho, aconteceu para dar oportunidade às instituições que ainda não conseguiram finalizar o processo. Até o momento são quase 100 entidades em fase de conclusão.

O certificado e troféu estão em sua primeira edição e premiarão empresas privadas e entidades com fins não econômicos que cumpram seu papel social, com relação aos funcionários, meio ambiente ou com a comunidade em que estão inseridas.

Uma comissão mista, formada por diversas entidades, vai avaliar as empresas inscritas. Serão concedidas duas modalidades de reconhecimento: O certificado, que será conferido a todas as empresas e entidades que apresentarem seu balanço social atingindo a pontuação mínima em relação aos indicadores; e o troféu, que será destinado a empresas privadas certificadas que apresentarem o melhor nível de desempenho.

A certificação e o troféu são uma promoção da Assembleia Legislativa, com a participação de oito entidades: Ministério Público de Santa Catarina, CRC/SC, Fiesc, Sebrae, Observatório Social de Florianópolis; Conede/SC, Fampesc e Fecomércio.

Informações no site www.alesc.sc.gov.br/responsabilidade_social

AGENDA

Dia 4, 13 horas - Seminário com o tema: "As Mulheres e a Reforma Política"

Local: Plenário

Dia 6, 19 horas – Sessão especial em homenagem ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) pela passagem dos 30 anos

Local: Plenário

ERRATA

Na edição passada, o AL Notícias cometeu engano em um de seus artigos. Publicou texto da deputada Angela Albino mas, de forma equivocada, citou autoria do deputado Dado Cheren (PSDB). Por isto, republicamos ao lado as opiniões dos dois parlamentares.

Mesa



Presidente: Gelson Merisio (DEM)
1º Vice-Presidente: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Jailson Lima (PT)
2º Secretário: Reno Caramori (PP)
3º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)
4ª Secretária: Ana Paula Lima (PT)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>
Tiragem: 8 mil exemplares
Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Victor Carvalho Barbato (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES
 Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin, Tatiani Magalhães e Vitor Santos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Danielle da Silva (estagiária), Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Luchi (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária), Stela Maris Martins da Silva e Patrícia Schneider de Amorim

Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso

Expedição: Carolina Amaral (estagiária), Celso João da Rocha e Simone M. Alves

PARLAMENTO DESTACA 180 ANOS DA IMPRENSA DE SC

Data marca criação do jornal “O Catharinense”, que teve publicada a primeira edição no dia 28 de julho de 1831



FOTOS FABIO QUEIROZ

Proponente da sessão especial, deputado Marcos Vieira entrega placa de homenagem aos representantes da Associação Catarinense de Imprensa

ALEXANDRE BACK

A Assembleia Legislativa realizou sessão especial em homenagem aos 180 anos da imprensa catarinense. Proposta pelo deputado Marcos Vieira (PSDB) na noite do dia 27, o evento reuniu parlamentares, lideranças municipais, representantes da imprensa e proprietários de veículos de comunicação.

A data é uma homenagem à criação do jornal “O Catharinense”, que circulou pela primeira vez na então Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis, no dia 28 de julho de

1831. Para marcar o fato, em 2004 o ex-governador Luiz Henrique da Silveira instituiu oficialmente 28 de julho como o Dia da Imprensa Catarinense.

Segundo dados da Associação Catarinense de Imprensa (ACI), entidade organizada há mais de 80 anos, o estado conta atualmente com mais de 200 jornais, dos quais 50 são diários, que atendem cerca de 4 milhões de leitores. O segmento conta ainda com mais de 220 emissoras de rádio e televisão, entre comerciais e comunitárias.

Da tribuna, Marcos Vieira res-

saltou a importância de uma imprensa atuante e independente para o fortalecimento da democracia no país. Leitor voraz de jornais, conforme confidenciou, o parlamentar declarou ainda que a data deve ser motivo de comemoração não só para os veículos de comunicação e profissionais da área, mas também para a população. “Todos nós, que somos usuários diários destas ferramentas essenciais à sociedade, devemos celebrar, pois quanto mais forte e independente for a imprensa de um povo, mais livres e esclarecidos serão seus cidadãos”, disse.

ENTIDADES HOMENAGEADAS

Associação Catarinense de Imprensa (ACI), através de seu presidente, Ademir Arnon.

presidente, Ámer Felix Ribeiro.

Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori), através de seu presidente, Miguel Ângelo Gobb.

Associação Catarinense das Emissoras de Rádios e Televisão (Acaert), através de seu presidente, Pedro Peiter.

Associação dos Diários do Interior (ADI), através de seu

Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de SC (Sindejor), através de Isabel Cristina Antunes Baggio.

PAPEL DE INTERLOCUTOR ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE

Citando como exemplo a greve do magistério estadual, o presidente da ACI, Ademir Arnon, destacou o papel da imprensa como interlocutora entre o governo e a sociedade.

Arnon lembrou ainda a trajetória e os ideais do criador do jornal “O Catharinense”. Conselheiro do Império, deputado provincial, ministro da Guerra e líder maçônico, o lagunense Jerônimo Coelho foi um dos personagens mais importantes da história do estado e grande defensor da liberdade de expressão. “A melhor maneira de celebrarmos o aniversário de 180 anos da im-

pressão catarinense é reafirmarmos os propósitos de Jerônimo Coelho”, frisou.

Estiveram presentes também à solenidade o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), os deputados Edison Andrino (PMDB), Neodi Saretta (PT), Angela Albino (PCdoB), Manoel Mota (PMDB), os deputados federais Pedro Uczai (PT), Carmen Zanotto (PPS) e Gean Loureiro (PMDB), o prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PMDB) e o conselheiro do Tribunal de Contas, Wilson Wan Dall.



Presidente da ACI, Ademir Arnon destaca trajetória da imprensa em Santa Catarina

LEGISLATIVO CELEBRA OS 40 ANOS DA TUPER

Grupo de São Bento do Sul é um dos maiores fabricantes de aço do país e está entre os 20 maiores faturamentos de SC

TATIANI MAGALHÃES

Com uma trajetória de sucesso marcada pela responsabilidade social, ambiental e contribuição para economia de Santa Catarina, os 40 anos grupo Tuper, de São Bento do Sul, no Planalto Norte, foram celebrados dia 16. Em sessão solene proposta pelo deputado Sílvio Dreveck (PP) e realizada em São Bento do Sul, o Legislativo homenageou os 2.300 profissionais qualificados por sua dedicação e comprometimento com a empresa.

Na condição de representante da região, Dreveck ressaltou que entre as ações da Tuper, conhecida pela alta tecnologia, eficiência e eficácia no processamento de aço, estão investimentos na área cultural, no esporte e na saúde da comunidade são-bentense. "A Tuper optou primeiramente em investir em seus colaboradores. Isso a diferencia de muitas empresas, além de somar resultados positivos", frisou.

Após o pronunciamento de abertura da solenidade, um vídeo institucional resgatando a história da instituição foi apresentado. Aproximadamente 300 pessoas, entre elas autoridades, representantes da classe empresarial e sociedade civil conheceram as estratégias adotadas pela Tuper para se tornar uma das maiores empresas do Brasil em seu ramo de atividade. Atualmente o grupo é um dos maiores fabricantes de tubos de aço do país, sendo a maior



Deputado Sílvio Dreveck entrega placa ao presidente da empresa, Frank Bollmann, em reconhecimento à trajetória pontuada pela responsabilidade social

empresa de São Bento do Sul e uma das 20 maiores de Santa Catarina em faturamento, além de se posicionar entre as 100 empresas líderes de faturamento no Sul do país, com a conquista do certificado ISO 14001.

Presentes na solenidade, os deputados Nilson Gonçalves (PSDB) e Antônio Aguiar (PMDB) ressaltaram o orgulho e a satisfação de contar com o potencial de uma empresa que cresce cada vez mais, contribuindo para o desenvolvimento do estado.

"Independente das crises financeiras enfrentados pelo Brasil, a Tuper conta com uma excelente administração e soube manter sua economia sempre saudável", comentou Gonçalves. Já Aguiar destacou que "a Tuper representa o espírito empreendedor dos catarinenses, aptos a inovar e com vontade de crescer".

Na visão do deputado federal Esperidião Amin (PP), o grupo representa a qualidade do empresariado catarinense. "Seu estreito

relacionamento com os parceiros do mercado fez com que alcançasse um crescimento sustentável. Investindo na inovação constante e formação profissional dos seus colaboradores". De acordo com o prefeito de São Bento do Sul, Magno Bollmann, a Tuper se tornou referência no setor, com foco especial na capacidade do ser humano.

Entre as manifestações de reconhecimento, Frank Bollmann, presidente da Tuper, recebeu uma

placa do Legislativo em homenagem às atividades desenvolvidas durante estes anos.

Em agradecimento, Bollmann falou sobre a satisfação de receber a homenagem, classificando-a como um ato nobre do Legislativo. "A Tuper está dentre as líderes em todos os segmentos que atua, sendo a maior processadora de aço de Santa Catarina e a maior fabricante do segmento na América Latina", informou.

HOMENAGEM MARCA O DIA ESTADUAL DOS ORQUIDÓFILOS

Em solenidade dia 28, o Parlamento homenageou os orquidófilos de Santa Catarina pela passagem do Dia Estadual do Orquidófilo, comemorado em 22 de junho através da Lei nº 15.177/10. Proposta pela deputada Angela Albino (PCdoB), a iniciativa visa enaltecer a atividade dos orquidófilos, considerados verdadeiros entusiastas, que, a partir da lida com orquídeas, tornaram-se amantes e colecionadores da planta. "A dedicação à orquidofilia no Estado nos permite apreciar a beleza, o perfume, a intensidade e a variabilidade de coloridos", observa Angela.

A escolha da data é uma homenagem ao carioca João Barbosa Rodrigues, considerado o maior naturalista e botânico do Brasil. Rodrigues dedicou grande parte da sua vida ao conhecimento profundo do tema.

Santa Catarina é o único estado brasileiro que criou uma lei que instituiu o Dia do Orquidófilo. O estado possui um orquidário natural, tendo como sua maior representante a or-

quídea Laelia Purpurata, flor símbolo do Estado. Atualmente a Federação Catarinense de Orquidofilia conta 23 entidades afiliadas e duas em formação, abrangendo 45 municípios e totalizando aproximadamente 5 mil orquidófilos atuantes.

De acordo com Dtmr Krambe, presidente da Federação Catarinense de Orquidofilia, fundada em 22 de junho de 1985, a homenagem simboliza reconhecimento ao trabalho. "Com mais de 20 agremiações, realizamos exposições pelo estado, contribuindo para o turismo, sendo que por ano nosso estado recebe aproximadamente 500 mil turistas interessados em conhecer um pouco mais sobre as belezas das orquídeas", comentou.

Após os pronunciamentos, o presidente da federação e os ex-presidentes receberam da parlamentar um presente comemorativo.

Até o dia 1º de julho, no Hall do Legislativo, acontece uma exposição de orquídeas, promovida pela Federação Catarinense de Orquidofilia.

OS HOMENAGEADOS

Osmar Tessmer (1985 a 1990) Florianópolis;
Arminio Kluge (1990 a 1991) Blumenau;
Erich Fentzlaff (1991 a 1992) Joinville;
Pedro Lazerini (1992 a 1993) Brusque;
Arani Becker (1993 a 1994) Blumenau;
Max Schutz (1994 a 1995) Timbó;
Osmar Guedert (1995 a 1996) Florianópolis;
Marcos Reiter (1996 a 1997) Indaial;
José Ângelo Rebelo (1997 a 2000) Balneário Camboriú;
Heinz Henrique Fisser (2000 a 2002) Joinville;
Ditmar Krambeck (2002 a 2012) Florianópolis



Deputada Angela Albino recebe presente de orquídeas

CONTORNO VIÁRIO PARA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Com extensão de 34 quilômetros, via ligará trecho da BR-101 entre municípios de Biguaçu e Palhoça

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) apresentou, em audiência pública realizada no dia 27 na Assembleia Legislativa, o projeto funcional da alça de contorno da Grande Florianópolis. A principal polêmica levantada esteve relacionada à extensão da obra. Promovido por iniciativa da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Valmir Comin (PP), o debate reuniu os deputados estaduais Reno Caramori (PP), Manoel Mota (PMDB), Angela Albino (PCdoB), e os federais Esperidião Amin (PP), Gean Loureiro (PMDB), Pedro Uczai (PT), Carmen Zanotto (PPS) e Edinho Bez (PMDB), presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, além de representantes de entidades civis e empresariais.

Conforme projeto da ANTT, a via, de 34 km, ligará os municípios de Biguaçu e Palhoça (km 198 e km 218 da BR 101), englobando o trecho de maior movimento da região da Grande Florianópolis. Segundo estudo de tráfego realizado, a obra atenderá principalmente o trânsito de caminhões, responsável por cerca de 11% do número total de veículos. "O contorno deve melhorar substancialmente o fluxo de trânsito, ao desviar grande parte dos veículos de carga, cujas origem e destino ficam fora da região da Grande Florianópolis", explicou Mario Mandolfo, superintendente da entidade.

DEMANDA ANTIGA

A obra deve atender ao fluxo atual e à demanda dos próximos dez anos, estimada em 160 mil veículos/dia. Projetada para ter duas pistas,



Promovido pela Comissão de Transportes, debate reúne parlamentares estaduais, federais e vereadores e representante da ANTT, que apresenta projeto de obra

canteiro central e acostamentos, a alça será uma rodovia fechada, com intercessões apenas com as BRs 101 e 282 e com as SCs 407 e 408. Paralelamente, seriam ampliadas o número de faixas nas marginais, eliminados travessas diretas, alterados retornos e instaladas câmaras de monitoramento. "São melhorias que serão implantadas por etapas, gerando benefícios à população mais rapidamente", acrescentou Mandolfo.

Se não houver mudanças no cronograma apresentado, a obra deve ter a licença de instalação liberada em março do próximo ano e estar concluída em 2015.

POLÊMICA EM TORNO DA REDUÇÃO DO TRAÇADO ORIGINAL

Prevista inicialmente para ter 47 km no contrato firmado com a Autopista Litoral Sul - empresa que tem a concessão do pedágio no trecho catarinense da BR-101 - a redução da alça de contorno foi a principal questão levantada pelos parlamentares presentes.

O deputado federal Esperidião Amin afirmou que o traçado planejado para a obra é impraticável e não atenderá às necessidades

do estado. "O traçado não é bom. Não serve ao presente e, a meu ver, compromete o futuro", disse.

Da mesma forma, o presidente do CREA-SC, Raul Zucatto, e o secretário de Desenvolvimento da Região da Grande Florianópolis, Renato Hinnig, frisaram a importância do traçado original. "A ANTT elaborou um projeto para apenas dez anos. Precisamos pensar além, para mais de 20

anos", disse Zucatto. "Temos que enxergar soluções de médio e longo prazo", completou Hinnig.

O encurtamento do trajeto, ressaltou Mário Mandolfo, deve ser compensado pela diminuição da tarifa cobrada pela Litoral Sul ou através do incremento nas obras previstas. A escolha de qual alternativa será adotada caberá ao Ministério dos Transportes.

TRANSPORTES RECEBE RELATÓRIO DE OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA BR-101

O presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, deputado Valmir Comin (PP), recebeu dia 20 o segundo relatório do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) sobre o andamento das obras de duplicação do trecho Sul da BR-101.

A entrega do trabalho, feita pelo presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado federal Edinho Bez (PMDB), foi acompanhada ainda pelos deputados federais Esperidião Amin (PP), Décio Lima (PT), Jorginho Mello (PSDB) e Celso Maldaner (PMDB), deputado estadual Reno Caramori (PP), pelo diretor da Fiesc, Henry Quaresma, e por representantes do CREA-SC, além de lideranças municipais. O

documento prevê a entrega de três trechos da BR até dezembro deste ano, restando o lote 25, considerado o mais crítico, para até junho de 2012.

O engenheiro Ricardo Saporiti, que realiza trabalho de análise técnica das obras de duplicação para a Fiesc, mostrou-se pessimista quanto ao cumprimento dos prazos declarados. O relatório, afirmou, não sinaliza a conclusão de obras importantes, já contratadas, e nem mesmo indica o início de outras. "São obras pontuais, mas que complicam a execução da duplicação", disse. O engenheiro não acredita ser possível a entrega final da duplicação antes do 1º trimestre de 2016.

Mesmo não trazendo perspecti-

vas de grandes avanços, a entrega do documento foi saudada por Edinho Bez, que afirmou que o ato demonstra mudança de atitude por parte do DNIT. "Não estamos satisfeitos com o ritmo das obras, mas notamos que houve uma mudança de postura por parte do órgão, que passou a nos manter informados e a cobrar mais agilidade das empresas encarregadas da duplicação", disse.

Comin saudou a união das lideranças políticas e o estudo paralelo realizado pela Fiesc. "Temos a ação política e os subsídios técnicos da Fiesc, que nos dão força para fazer esse acompanhamento, que tem que ser permanente", afirmou.

Na mesma linha, Henry Quaresma ressaltou a importância da pressão exercida por diversos

setores da sociedade para a conclusão da obra. "Este é um momento importante de participação e de comprometimento das autoridades".

Ele sugeriu que, além dos informes técnicos, seja realizado também um acompanhamento in loco dos trabalhos de duplicação.



Comin recebe das mãos do deputado Edinho Bez documento do DNIT

PRODUTORES COBRAM SOLUÇÕES PARA CRISE NA SUINOCULTURA

Comissão de Agricultura promove audiência pública para discutir dificuldades enfrentadas pelos suinocultores em Santa Catarina e lidera ações de defesa do setor

A Comissão de Agricultura e Política Rural está mobilizada para encontrar uma solução para a crise na suinocultura. Entre as ações, realizou audiência pública, na manhã do dia 22, para discutir os prejuízos enfrentados pelo produtor em virtude do aumento de insumos, do preço final praticado nos mercados e sofre com o embargo russo ao produto brasileiro, agora também adotado pela Ucrânia, por motivos sanitários. O debate atendeu pedido do deputado Moacir Sopesla (PMDB), vice-presidente da Assembleia, que foi acompanhado pelos deputados Mauro de Nadal (PMDB), Neodi Saretta (PT), e José Nei Ascari (DEM). No dia 28, a

comissão reuniu-se para definir encaminhados (leia matéria ao lado).

Outros doze deputados e o secretário de Estado da Agricultura, João Rodrigues, acompanharam o debate, que reuniu no Plenário Osni Régis prefeitos, vereadores, secretários municipais de agricultura, representantes de entidades ligadas à produção de suínos e dezenas de produtores do Extremo Oeste, Oeste, Vale do Rio do Peixe e Sul do Estado.

Em dezembro de 2010, o custo de produção de um quilo de carne era de R\$ 2,46, sendo que o produtor vendia o quilo por R\$ 2,54, com lucro de R\$ 0,08. A situação se inverteu em janeiro, quando o custo subiu para R\$

2,49 e o preço de venda pelo produtor caiu para R\$ 2,40. Desde então o custo sobe e o preço de venda cai. Atualmente, o prejuízo é de R\$ 0,56/quilo. Um empreendimento com 500 matrizes, com produtividade de 1.000 porcos por mês, por exemplo, amargou em maio prejuízo de cerca de R\$ 70 mil. Atualmente, um animal significa R\$ 90 de prejuízo. Sopesla afirmou que no caso de Seara, um caminhão com 300 porcos deixa um prejuízo de R\$ 27.000,00 aos produtores. "Um automóvel gol a cada caminhão", lamentou.

Ficou decidido que a Comissão de Agricultura continuará intermediando a liberação de estoques de

milho da Conab, com preço menor que o praticado pelo mercado, além das 70 mil toneladas que estarão disponíveis na primeira quinzena de julho.

A Comissão ainda atuará no sentido de pressionar o governo federal a prorrogar as dívidas de custeio e de investimentos e a liberar mais crédito; também articulará a implantação do uso da carne suína na alimentação dos presídios, dos quartéis e na merenda escolar do Estado; proporá uma legislação que possibilite à pessoa física o acesso ao crédito presumido do ICMS; discutirá o controle da produção; e negociará a redução do ICMS da energia elétrica para os produtores.

SEM CONDIÇÕES DE SALDAR DÍVIDAS

A crise na suinocultura está tirando o sono dos produtores, que não têm recursos para saldar seus compromissos. Losivânio Lorenzi, presidente da Associação de Criadores de Suínos, lamentou que os produtores "não conseguirão saldar suas dívidas bancárias". Ele ressaltou que o preço caiu para o produtor, mas não para o consumidor. "Onde está a margem de lucro, com o supermercado ou com a indústria? Um porco vendido por R\$ 200 pelo produtor custa R\$ 900 na gôndola", questionou.

na divulgação do consumo da carne suína. O parlamentar afirmou que a situação é muito crítica. Ele citou o caso de Iporã do Oeste, que das 40 famílias que criam porcos, apenas doze jovens ainda permanecem na atividade. Para o deputado Dirceu Dresch (PT), o problema é estrutural, pois 93% dos suinocultores possuem menos de 50 hectares. "É insustentável, não tem futuro". Dresch criticou o fato de Santa Catarina gastar R\$ 120 milhões com merenda escolar adquirida de empresas de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo.

O secretário executivo do Sindicato de Carnes, Ricardo Gouvêa, lembrou que a indústria catarinense, diferentemente das indústrias do Sudeste, produz suínos e compra milho, por isso tem os mesmos problemas dos produtores. Gouvêa atribuiu a crise à desaceleração da economia brasileira, à baixa no consumo de alimentos, à pressão dos custos, à competitividade dos Estados Unidos, Canadá e Europa, à perda do mercado russo, à demora em consolidar novos mercados como a China e o Japão, e ao baixo preço da carne bovina e de frango.

O secretário João Rodrigues, solidarizou-se com os produtores. Lembrou que o governo, ainda em janeiro, isentou o ICMS para os produtores por 90 dias e que agora prorrogou essa isenção. Para o secretário, é preciso definir o papel de cada um - Estado, municípios, União, indústrias e produtores -, e partir para a ação. "Só assim será solucionada a crise", afirmou.

ABANDONO

De acordo com Mauro de Nadal, também é necessária a participação do Ministério da Saúde, para ajudar

saldar seus compromissos. "Não cai fora porque não tem como, o prejuízo seria maior ainda", desabafou. O produtor de Grão Pará, Vilivaldo Michels, demonstrou que com o dinheiro de duas costelas e dois pernis adquiridos no supermercado, dá para comprar o produtor um porco inteiro. Ele questionou porque o governo brasileiro, ao invés de doar dinheiro ao Haiti, não doa carne suína.

ESTOQUE

O presidente da Cidasc, Enori Barbieri, sugeriu que a União compre parte do estoque de carne excedente, para regular o preço. Marcos Spricigo, produtor de Arroio Trinta, questionou o acesso às guias de transportes

(GTA) fornecidas pela Cidasc.

Para o vereador de Ararubá, Helio Losch, a burocracia também cria dificuldades e gera custo. "Estamos pagando R\$ 3 a 4 mil para obter uma licença ambiental", reclamou. Para Elizeu Pinzetta, de Xavantina, a cadeia produtiva da suinocultura precisa discutir o controle da produção. "Ele virá por bem ou por mal", profetizou.

Também participaram da audiência os deputados Reno Caramori (PP), Sargento Soares (PDT), Luciane Carminatli (PT), Elizeu Mattos (PMDB), Manoel Mota (PMDB), Padre Pedro Baldissera (PT), Marcos Vieira (PSDB), Valmir Comin (PP), Altair Guidi (PPS), Joares Ponticelli (PP), Ismael dos Santos (DEM), Angela Albino (PCdoB).



Suinocultores lamentam que queda no preço para o produtor não refletiu no bolso do consumidor final



Requerida pelo deputado Moacir Sopesla, audiência reúne deputados e autoridades do setor preocupados com a situação dos suinocultores catarinenses

COMISSÃO DE AGRICULTURA DEFINE AÇÕES DE SOCORRO

Representantes da Associação de Criadores de Suínos (ACS), Sindicato da Indústria da Carne e Derivados de SC (Sindicarne), Associação Catarinense de Supermercados (Acats), da Secretaria da Agricultura e parlamentares reuniram-se na manhã do dia 28 para detalhar os encaminhamentos definidos na audiência pública do dia 22. Requerida pelo deputado Moacir Sopesla (PMDB), a reunião foi promovida pela Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Aldo Schneider (PMDB).

Entre as ações firmadas, estão o encaminhamento de correspondência ao Ministério da Agricultura e à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) solicitando a liberação imediata de milho e medidas para reduzir o valor da saca do produto.

No plano estadual, será solicitado à Celesc estudo visando a concessão de benefícios tarifários na energia elétrica consumida pelos produtores de suínos, semelhante ao que já acontece nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Será

estimulada ainda a realização de seminários voltados aos suinocultores para difundir a Lei nº 14.267/2007, que concede incentivos ao setor.

A Comissão deve solicitar uma reunião com secretários estaduais para a adoção, por parte das empresas terceirizadas que fornecem refeições à Polícia Militar, presídios,

escolas e hospitais, do uso da carne suína. Serão solicitadas ainda à Secretaria da Agricultura e Cidasc ações para o fortalecimento da política estadual de sanidade animal.

Os produtores e supermercadistas, por sua vez, comprometeram-se a lançar uma nova campanha visando estimular o consumo de carne suína.

O deputado Aldo Schneider comemorou os resultados obtidos na reunião e ressaltou o papel do Colegiado para "sugerir alternativas e cobrar medidas de incentivo ao setor de suinocultura".

Participaram ainda os deputados Neodi Saretta (PT), Dirceu Dresch (PT) e Dóia Guglielmi (PSDB).



Schneider comanda reunião, que culmina com pedido de redução do preço do milho e benefício tarifário da Celesc

SÃO LOURENÇO REIVINDICA DELEGACIA DA MULHER

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher realizou, dia 17, a pedido do deputado Dirceu Dresch (PT), audiência pública em Coronel Martins, nordeste de Santa Catarina, para discutir a criação da Delegacia da Mulher na região de São Lourenço do Oeste. Em três anos, oito mulheres foram assassinadas na região, vítimas de violência doméstica.

Ficou decidido que a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais enviará ao governador moção de apoio à reivindicação das mulheres da região de São Lourenço do Oeste. Os cidadãos presentes também decidiram ajudar na instalação do Conselho Municipal da Mulher em todos os municípios da região; realizar a Conferência Regional da Mulher, em data a ser marcada; e reivindicar a implantação de uma Casa Abrigo, para receber as vítimas que não têm para onde ir.

A vereadora Sueli Moreira Coelho, de Coronel Martins, percorreu os municípios vizinhos convidando e mobilizando vereadoras, primeiras-damas e mulheres líderes comunitárias para a audiência pública. Ela informou que, além dos assassinatos e apesar do véu de silêncio e medo que recobre a violência doméstica, há o relato dos médicos

das unidades de saúde, que atendem as vítimas, e dos professores que ouvem das crianças as histórias aterradoras que vivenciam.

De acordo com a vereadora, a região ainda precisa de um centro de referência para abrigar a mulher, dar apoio psicológico e jurídico, para garantir seus direitos. "Quando comecei - relembrou - me chamaram de louca. Não havia violência doméstica em nossa região, diziam. Falta coragem. Mas depois que começamos não houve mais assassinatos".

O promotor Anderson Adilson de Souza explicou os direitos da mulher, observou as responsabilidades do pai e da mãe na educação das crianças, principalmente com exemplos, e afirmou que o Ministério Público, com sede na comarca de São Domingos, está à disposição e preparado para atender as mulheres vítimas. O delegado de São Domingos, Maiko Frank Vivi, cuja jurisdição se estende a Coronel Martins, disse que tanto os policiais da delegacia municipal de Coronel Martins quanto da DP de São Domingo são orientados a guardarem sigilo sobre as denúncias e apuração dos casos de violência contra a mulher e que estão prontos para agir.



Deputado Dirceu Dresch foi o proponente da audiência pública

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O delegado regional de São Lourenço do Oeste, Carlos Augusto de Andrade Morbini, cuja jurisdição abrange a comarca de São Domingos, garantiu que "a polícia civil está pronta para cumprir seu papel e que os policiais estão aptos a executar os procedimentos da Lei Maria da Penha". Ele apoiou a criação de uma delegacia especializada no atendimento à mulher e lamentou o fato de inexistir uma unidade prisional na região. Segundo Morbini, isso implica no deslocamento constante de policiais para o transporte de presos a Chapecó ou Xanxerê e cria dificuldades ao atendimento das comunidades.

Segundo Naudir Canore, presidente da Associação de Câmaras de Vereadores da Região Noroeste (Acanor), a

delegacia da mulher mais próxima fica em Chapecó e muitas denúncias não são concretizadas devido à distância. Ele relatou que há muita violência doméstica na região e que os vereadores da Acanor estão comprometidos com a reivindicação.

Para Regiane Bragganhola, de São Domingos, a iniciativa da Assembleia de realizar uma audiência pública na região fez justiça às mulheres. Ela informou que no município já começaram as discussões para a criação do Conselho Municipal da Mulher. O vice-prefeito de Coronel Martins, Pedro Kiel, disse que o município estava honrado em sediar a discussão e agradeceu a presença da Assembleia, "em nome das mulheres que sofrem".

ESPECIALIDADES DE SC



EDITORIAL

A GARRA CATARINENSE

Que Santa Catarina é um estado essencialmente empreendedor ninguém duvida. O que muitos não sabem é que a crise que se abateu sobre diversos setores em decorrência da desvalorização do dólar e da abertura brasileira às exportações despertou nos empresários o desejo imbatível de superação e perseverança.

Do Planalto Norte, o exemplo vem do setor moveleiro, que aprendeu com a crise a partir de 2005 que era preciso rever seus métodos de produção. Hoje, os moveleiros se pautam pela sustentabilidade, adotando o Biomóvel como selo em busca de um novo conceito de fazer móveis, utilizando como matéria-prima madeiras cultivadas.

Também afetada pela queda do dólar, a maior fabricante de canecos do mundo, a Ceramarte, de Rio Negrinho, apostou na diversificação de sua linha, colocando no mercado painéis resistentes a choque térmico e com design inovador.

Do Vale do Itajaí, o exemplo de perseverança vem da Porcelana Schmidt, que chegou inclusive a fechar as portas durante dois meses no ano passado, mas que em nome da força da marca voltou ao mercado pelo empenho de herdeiros dos fundadores. De Blumenau, a superação vem dos funcionários da Cristal Blumenau, que suplantaram a situação de autofalência em nome da sobrevivência dos postos de trabalho.



Indústria moveleira aposta no uso de madeiras cultivadas na região para vencer revés da crise desencadeada pela desvalorização do dólar

A SUSTENTABILIDADE MOVELEIRA

Crise decorrente da desvalorização do dólar a partir de 2005 garante virada ao setor catarinense

O polo moveleiro catarinense aprendeu com a crise que a sustentabilidade é o caminho para se reposicionar no mercado e colher resultados que vão além do aspecto financeiro. Prova disso é que os empresários do Planalto Norte, que têm em São Bento do Sul e Rio Negrinho os maiores produtores da região no setor, estão organizados em torno do Biomóvel, um novo conceito em móveis, obedecendo aos rigorosos princípios da sustentabilidade.

Diante da crise desencadeada

a partir de 2005 por conta da desvalorização do dólar, o setor, que era prioritariamente voltado para as exportações, levou o seu olhar para o mercado interno. "Com o fim do ciclo das madeiras da Mata Atlântica nos finais dos anos 80, o que trouxe escassez de matéria-prima diante da proibição do corte, a solução passou a ser a busca de madeiras locais", observa o empresário Carlos Mattos, do APL (Arranjo Produtivo Local) de Rio Negrinho, Campo Alegre e São Bento do Sul.

Ocorre que a experiência inicial dos moveleiros com a inserção do pinus como matéria-prima não foi bem-sucedida, lembra Mattos. "A experiência nos anos 80 foi um desastre. Os empresários tinham um conhecimento incipiente do mercado interno, que não aceitou os móveis. Criou-se um preconceito", lamenta.

De lá pra cá, com o agravamento da crise no setor, os moveleiros entenderam que era preciso corrigir o mal-entendido, começando pela própria qualidade da matéria-prima. "Hoje

o pinus que utilizamos é cultivado e não produto do reflorestamento. Nossas florestas estão em fase de amadurecimento e nos próximos cinco anos teremos madeiras de excelente qualidade", estima o empresário.

O pinus "eliotti" deu lugar ao "tateda", uma madeira considerada mais densa e de melhor qualidade. Aproveitando o know-how conquistado com as exportações, o setor transferiu a experiência para uma nova forma de produzir, de olho na proteção ao meio ambiente.

DESIGN E PREÇO COMPETITIVO

Com 64 anos de história para contar, a Serraltense, de São Bento do Sul, é uma indústria moveleira que aderiu ao Biomóvel e não se arrepende disso. Entre as dez maiores do setor na região, a empresa historicamente esteve sempre voltada para o mercado externo. Com a desvalorização do dólar, assim como as demais, ela teve que se reposicionar. Mesmo assim, ainda mantém negócios com a Inglaterra, França e Holanda.

No comando da virada, está o neto do fundador Afonso Lutz, Daniel Lutz, que preside o Sindicato do Mobiliário e Construção Civil de São Bento do Sul e Campo Alegre. "Hoje, São Paulo é o

nosso maior mercado consumidor. Nosso consumidor final é um público mais jovem e identificamos o nosso produto com o selo do Biomóvel", observa.

A fórmula de introduzir o produto no mercado interno passou por investimentos em design e prática de preço competitivo. A empresa que já chegou a empregar 270 funcionários hoje está estabilizada em 90 postos de trabalho fabricando móveis para salas de tvê, jantar, entre outras linhas. "São móveis maciços dentro do conceito sustentável, com design inovador, resultado de investimentos em pesquisa, e com grande durabilidade", atesta Daniel Lutz.



Daniel Lutz, apostando no Biomóvel como novo conceito para o setor

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO:

Tayana Cardoso Oliveira

REPORTAGEM E EDIÇÃO:

Sandra Annuseck

PROJETO GRÁFICO:

Lucas Gabriel Diniz

FOTOGRAFIA:

Cleia Maria Braganholo

APOIO DIAGRAMAÇÃO:

Tiago Fontão Alexandre

Victor Barbato

APOIO LOGÍSTICO:

Mário Sérgio Machado



O SELO

Para ter o direito de usar o selo do Biomóvel, a indústria precisa integrar o APL (Arranjo Produtivo Local) do Alto Vale do Rio Negro. Ela deverá se submeter à avaliação da conformidade.

Os contratos para utilização do selo têm validade de três anos e são assinado diretamente com o Comitê de Certificação.

As empresas certificadas são auditadas uma vez por ano pelo OAC - Organismo de Avaliação de Conformidade. O objetivo é garantir o cumprimento dos procedimentos que permeiam o projeto.



Linha de produção destina resíduos para outras cadeias; a serragem comercializada reduz custos e serve para pagar inclusive energia elétrica de empresa

MUITO ALÉM DO RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

Sustentabilidade se estende ao respeito dos direitos trabalhistas e à exclusão de fornecedores que usam mão-de-obra infantil

Mais do que uma nova forma de produzir móveis, o Biomóvel se revela numa filosofia de trabalho para as indústrias que aderem ao projeto. Não apenas a linha de produção deve rezar pela cartilha da sustentabilidade, reduzindo a uti-

zação de recursos não-renováveis. O conceito tem um olhar ampliado em direção a todos os componentes da cadeia.

“O Biomóvel tem o aspecto ecológico, usando madeiras de cultivo; ambiental, o processo fa-

bril descarta produtos para outras cadeias e o resíduo industrial tem como destino o aterro industrial; e o social, com respeito aos direitos dos trabalhadores”, sintentiza Carlos Mattos, do APL de Rio Negrinho, Campo Alegre e São Bento do Sul.

As relações e os direitos trabalhistas recebem uma atenção redobrada no trato com a saúde e segurança de todos os trabalhadores.

As empresas habilitadas com o selo jamais podem manter relação com fornecedores que exploram mão-de-obra infantil e trabalho escravo. A maneira com que estes tratam seus resíduos industriais também deve ser avaliada e criteriosamente controlada.

Entre outras metas, as indústrias devem ainda desenvolver um programa de gestão ambiental e respeitar o sistema de qualidade, com controle documentado dos procedimentos que adota no processamento, rastreamento e manuseio dos produtos de base florestal, desde a compra até a venda e expedição final do produto. “Com a venda do resíduo da serragem pagamos a conta de energia elétrica de nossa empresa”, comemora do empresário Mattos.

CONSOLIDAÇÃO NO MERCADO INTERNO

Além de cumprir globalmente o conceito do Biomóvel, os empresários investem também em design arrojados. “Temos investido em imagem. Participamos em 2007 da Feira Móvel Brasil, primeira voltada para o mercado interno. E estamos mostrando nossa cara no Brasil sem medo”, comemora Carlos Mattos.

A partir da segunda feira, em

2009, os moveleiros começaram a identificar mudança no mercado. “Tivemos o aceite dos representantes de grandes lojas”, lembra.

Na feira realizada em maio de 2011, houve o coroamento do processo. “Tivemos a consolidação da região como fornecedora de móveis para o mercado interno com produtos de qualidade”, observa Mattos.



Carlos Mattos está à frente do APL de Rio Negrinho, São Bento e Campo Alegre



Móveis de qualidade com design inovador conquistam mercado interno

A HISTÓRIA DE PERSEVERANÇA DA PORCELANA DE POMERODE

Maior fabricante da América Latina, Porcelana Schmidt supera crise que fechou empresa por dois meses em 2010 e prova a força de uma marca presente nos lares brasileiros

A história da porcelana no Brasil se confunde com a da Porcelana Schmidt, maior fabricante da América Latina e uma das maiores do mundo. Respondendo por 50% do mercado brasileiro de porcelana fina, exportando suas linhas para América Latina, Estados Unidos e Europa, a Schmidt, mais do que números, coleciona conquistas que a colocam no topo do setor.

Uma história pontuada pela perseverança de quem acreditou e continua acreditando na força de uma marca. "O sucesso não é um sonho, mas uma maneira de traduzir os sonhos em realidade. Somos hoje testemunhas que os nossos esforços em conjunto podem fazer a diferença para centenas ou milhares de pessoas", sintetiza o presidente da empresa, Nelson Lara.

O depoimento do presidente traduz o espírito de perseverança que move a nova diretoria da Schmidt, que conseguiu reabrir as portas da empresa fechadas em setembro e outubro de 2010 diante de uma crise sem precedentes. "Em setembro, assumimos a empresa com a missão de colocar a casa em ordem. Não tínhamos crédito algum, estávamos com salários atrasados, mas confiamos e apostamos que era possível reverter a situação. No meio de tudo isso, constatamos que a marca Schmidt, apesar de toda a crise, continua forte, e tem credibilidade junto aos nossos clientes", relata com orgulho Rodolpho Schmidt, que trabalha como voluntário junto à nova gestão, empregando a experiência de quem trabalhou 36 anos na empresa.

Aposentado, Rodolpho não conseguiu resistir ao convite de contribuir no trabalho de resgatar a Schmidt do turbilhão da crise.



Com 180 funcionários, unidade de Pomerode produz essencialmente xícaras, pires e saladeiras

As dificuldades no setor, lembra, começaram por volta da década de 90 com a abertura do Brasil para as importações. Com isso, o setor passou a enfrentar a concorrência desleal com os produtos chineses, de baixa qualidade, mas que chegavam ao mercado com preço abaixo do custo de produção.

"A experiência nos mostrou que somos mais fortes em linhas tradicionais, como de hotelaria e de restaurantes, que exigem um produto de maior resistência a choques mecânicos", afirma o engenheiro,

ao estimar que 60 a 70% de sua produção tem como destino os clientes da área profissionais, e o restante de 30 a 40% o varejo, que, de maneira geral, acaba optando por linhas de menor preço.

EXPERIÊNCIA

Rodolpho praticamente nasceu dentro da fábrica. Seu pai Rodolpho Pedro Schmidt foi um dos fundadores da indústria. "Nasci em Mauá e com menos de um ano vim para Pomerode, onde em 1945 foi fundada

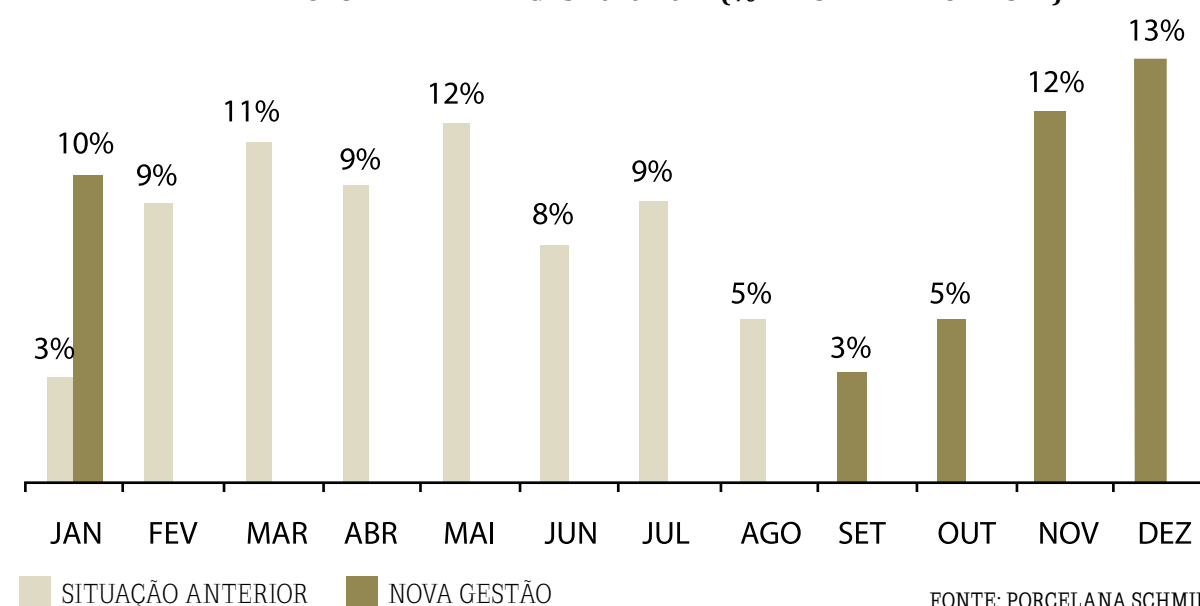
a unidade daqui", lembra o empresário. Foi em Mauá, na Grande São Paulo, onde a unidade deu os primeiros passos, abrindo a primeira fábrica de porcelana brasileira em 1940.

Engenheiro cerâmico formado, Rodolpho conhece profundamente todo o processo de fabricação da porcelana. "A verdadeira porcelana é branco azulado, tem porosidade zero; isso significa zero de absorção de água, alta resistência ao choque térmico e as peças têm espessura fina", explica.



Depois da primeira queima, xícaras são imersas no verniz, formando uma película que garante resistência às peças

VOLUME DE ENTREGAS 2010-2011 (% FATURAMENTO ANUAL)



OS NÚMEROS

O portfólio da Porcelana Schmidt reúne mais de quatro mil produtos em cerca de 50 linhas diferentes. São mais de 80 decorações. Há as exclusivas que são criadas e desenvolvidas para mais de 500 clientes no Brasil e no exterior.

Preferida na linha de hotelaria, a empresa conquistou credibilidade de seus clientes para possibilitar a fácil reposição de peças. Outras vantagens são os formatos atraentes e a presença nos maiores distribuidores.

Ainda sem um museu constituído, a unidade de Pomerode exibe em seu show-room velhos clientes, como a Transbrasil, Varig e Assembleia Legislativa de SC.

A TRAJETÓRIA

A família Schmidt é de origem germânica, de uma região conhecida como Pomerânia, que hoje pertence à Polônia. A história da empresa começou a ser escrita em 1943, quando um grupo de empresários fundou a Porcelana Real em Mauá, na Grande São Paulo. Entre os fundadores, estava Rodolpho Pedro Schmidt, pai de Rodolpho Schmidt. Dois anos mais tarde, em 1945, sua família adquiriu o controle da Porcelana Real em Mauá, ficando a Real e a Schmidt sob o mesmo comando.

Em 1956, a Porcelana Real e Schmidt assumiram o controle da Cerâmica Brasileira, em Campo Largo - Paraná. A empresa foi transformada em Fábrica de Porcelana, denominada Stealita. Embora pertencendo aos mesmos controladores, eram independentes. A fusão das empresas foi efetivada em 1972, quando o grupo passou a se denominar Porcelana Schmidt S/A com três unidades fabris: Fábrica 1 - Pomerode (SC), Fábrica 2 - Campo Largo (PR) e Fábrica 03 - Mauá (SP). EM 1973, começou a ser construído em Campo Largo o maior forno de porcelana do mundo com 134 metros de comprimento.

ENTENDA O PROCESSO

Argila, quartzo, caulim e feldspato são os ingredientes básicos da fórmula da porcelana. O processo de fabricação é complexo, expondo as peças à alta temperatura de queima, diferenciando-a de outros métodos como da faianças e da cerâmica. A queima garante porosidade zero às peças, ou seja, imune à água. Com isso, o produto tem alta resistência ao choque térmico e mecânico.

1º PASSO: MODELAGEM - Criação de molde em gesso para tornar a peça;

2º PASSO: MASSA - Com a supervisão do laboratório, a massa é mistura da argila 10%; caulim 40%, feldspato 25% e quartzo 25%;

3º PASSO: FABRICAÇÃO - Peças estampadas a torno; 90% delas - xícaras, pratos, pires - são automáticas; nas maiores, como sopeiras, o método é manual

4º PASSO: QUEIMA - Depois de secas, as peças recebem a primeira queima, denominada de biscoito. Ela ocorre a 900 graus e dá tom rosado, preparando-as para o verniz. Depois de imersas no verniz, recebem uma nova queima, a 1380 e 1400 graus. Ela torna a peça compacta, sem porosidade, ganhando a cor branca e vitrificada. A segunda queima dura em média 31 horas.

5º PASSO: DECORAÇÃO - Ela pode ser feita de duas maneiras: com decalques ou com filetes. Os decalques são adesivos, colocados com o máximo cuidado. Os filetes são colocados com dois tipos de pincéis (largo e fino). Após o processo, ocorre o controle de qualidade.

6º PASSO: NOVA QUEIMA - A aplicação do decalque na porcelana pode receber dois tipos de queima: uma sobre o esmalte, quando a peça é levada ao forno numa temperatura de 800° C. O outro tipo é uma tecnologia, que leva o nome de "fogo forte", ou seja, a temperatura do forno chega a 1200° C.



Rodolpho Schmidt, filhos de um dos fundadores: exemplo de dedicação e garra

"CONSEGUIMOS RECUPERAR A AUTOESTIMA"

Com 180 funcionários, a unidade da Porcelana Schmidt em Pomerode produz de 600 a 700 mil peças/mês, tem a missão de fabricar xícaras, pires e saladeiras. A unidade de Campo Largo, a maior do grupo, produz pratos, peças grandes como sopeiras, bules e toda a linha profissional e de exportação. E a de Mauá cuida da decoração, sediando o escritório central, que centraliza o estoque e a distribuição.

Quando a nova gestão assumiu o comando em setembro do ano passado, a história de empresa passou a ser escrita com a tinta

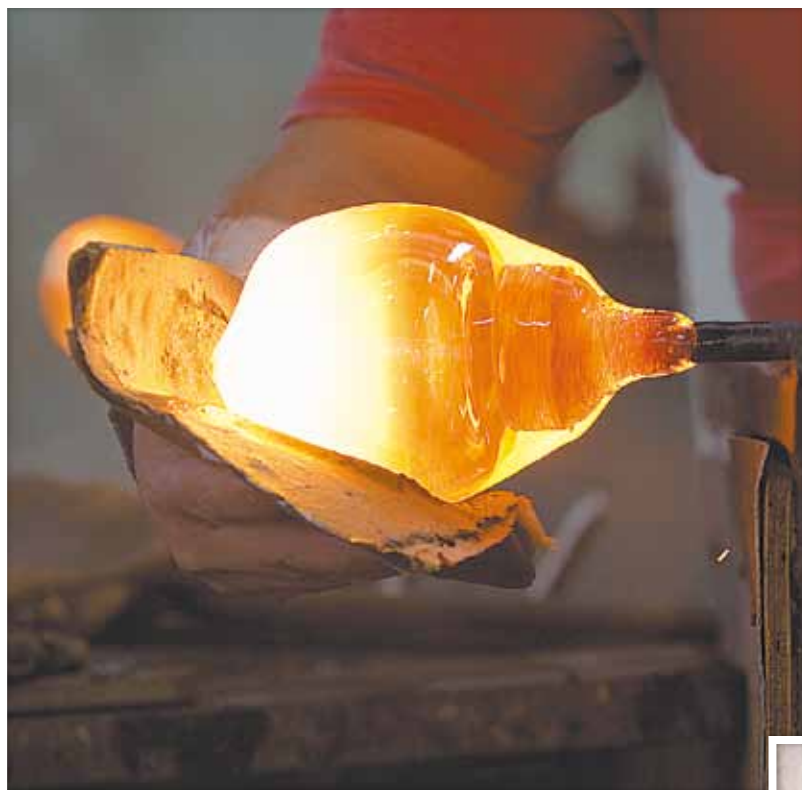
da perseverança. Prova disso é que o faturamento deu um salto de 12% em novembro, indo a 13% em dezembro. Entre as estratégias adotadas, estavam a redução no tempo de entrega dos pedidos, mais rápida que a dos concorrentes.

Os números da área de produção também melhoraram com a redução do custo, que caiu de 13% em setembro para 4% em dezembro. Como reflexo, a qualidade dos produtos melhorou, recuperando velhos e fiéis clientes. "Conseguimos recuperar a autoestima dos nossos funcionários", comemora Rodolpho.



UM SOPRO DE ARTE E GARRA EM BLUMENAU

Fundada há 40 anos, Cristal Blumenau é a prova do espírito empreendedor no Vale do Itajaí



Em alta temperatura, sopradores começam a confeccionar as peças

“MARCA É MAIOR PATRIMÔNIO”

Quem não conhece o processo de fabricação das taças e copos de cristais sequer imagina o requinte que reveste a produção, eminentemente artesanal. Prova disso é que a mão-de-obra representa 60% do custo final. “Outros 15% representam o gás natural, 20% a matéria prima e 0,5% a embalagem”, contabiliza Fischer.

Além de colocar em dia os salários dos funcionários, Fischer teve que negociar com os fornecedores de matéria-prima. “Descobrimos então que nosso maior patrimônio era a marca, o reconhecimento que oferecíamos bons produtos, além da idoneidades dos antigos proprietários



Fischer: prova de confiança

para com os clientes”, destaca o empresário.

Com o empenho dos funcionários, a empresa começou a vencer os obstáculos, aumentando a produtividade, contando também com a redução do custo através da adoção do gás natural no processo.

CATÁSTROFE DE 2008

Mais uma prova de confiança foi depositada pelos clientes no final de 2008, lembra Fischer. Em decorrência do desastre ocorrido na região do Morro do Baú o fornecimento de gás natural ficou suspenso por 45 dias. “Tivemos que parar a produção neste período e contamos então, mais uma vez, com a compreensão de nossos clientes, que adquiriram as opções disponíveis em nossos estoques, mesmo não oferecendo a grade completa. Vencido o problema, retomamos a atividade”, destaca Fischer.

Hoje, a empresa está próxima a conquistar mais uma façanha: depois de 14 anos, está de volta ao Gift Fair, maior feira de presentes da América Latina, realizada em São Paulo.

Com a produção de 5 mil peças por dia, a Cristal Blumenau traduz a garra e o empreendedorismo do Vale do Itajaí. Na iminência de fechar as portas no final de setembro de 2005, a empresa ganhou sobrevida com a decisão dos funcionários em aumentar a produtividade em nome da preservar os postos de trabalho.

O edital de autofalência estava pronto para ser publicado no jornal daquele 30 de setembro, quando o contador Ari Antônio Fischer, funcionário de carreira da empresa, decidiu tomar as rédeas do negócio, sensibilizado com o temor dos 210 funcionários em perder seus empregos no dia seguinte.

“Eu me lembro ainda daquele dia, quando o diretor-presidente me entregou o edital. Era um choque para os trabalhadores. E resolvi

atender os pedidos para tocar o barco. Com muita luta, conseguimos sobrepujar as dificuldades”, comemora o contador, diretor-presidente da empresa desde 30 de setembro de 2005, quando a história da Cristal Blumenau passou a ser escrita pelo espírito de perseverança dos que acreditaram na sobrevida.

Contando com o empenho dos então 210 funcionários para manter a empresa aberta, Fischer passou a vencer a tormenta, iniciada nos anos 90 por conta do Plano Collor e intensificada com a abertura do Brasil ao mercado internacional. “Houve queda do poder aquisitivo da população e tivemos a entrada dos produtos chineses, elaborados mecanicamente, que traziam como diferença um preço mais acessível”, lamenta Fischer.

Com a bagagem de contador, Fischer sabia que não tinha como fazer frente à competição desleal. Mas sabia também que o produto que oferecia e continua oferecendo é de qualidade superior, sendo artesanalmente fabricado.

Ingredientes estes que, aliados a uma política de valorização de seus colaboradores, fizeram com que a Cristal Blumenau começasse a se reerguer. “Conseguimos manter os funcionários. Hoje temos em torno de 200 e partimos para reduzir os custos da produção”, observa.

Entre as medidas, está a adoção do gás natural no processo produtivo a partir de 2008. “Isso representou redução de 6% nos custos, além de benefício ao meio ambiente. Antes, usávamos combustível fóssil.”



Depois do forno, peças vão para o corte

MERCADO NACIONAL

O destino da produção da Cristal Blumenau tem endereço certo: mercado de São Paulo, incluindo o interior daquele estado; Porto Alegre e interior do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Fischer explica que o Rio Grande do Sul é o grande consumidor de taças para vinho, tendo em vista que aquele estado lidera a produção vitivinícola no país. “O mercado dita o preço”, constata o diretor-presidente, que defende mudanças na política econômica do governo federal de maneira a incentivar o setor produtivo. “É preciso reduzir o custo do INSS sobre a mão-de-obra e também o Imposto sobre Produtos Industrializados”, recomenda.



No copo, riscos sinalizam desenhos a serem lapidados



Depois de riscadas com traços à tinta, peças são levadas à máquina para garantir desgaste e evidenciar desenho

UM PROCESSO METICULOSO E ARTESANAL

Mistura química levada a forno de fusão é o primeiro passo

Mais de dez produtos químicos são necessários para criar o cristal. Essa mistura é levada a um forno de fusão a temperatura de 1.520 graus durante oito horas (acompanhe ao lado passo a passo do processo).

A mistura, que costuma ficar no forno nas Cristal Blumenau das 15 horas até 3 horas da manhã, torna-se massa incandescente. Às 5 horas, chegam à fábrica os profissionais que levam o nome de sopradores.

É essa etapa do processo que mais chama a atenção, quando esses profissionais transformam a massa fundida em bolas, que se assimilam a bolas de fogo. Em canas especiais - tubos de ferro compridos, os profissionais sopram a massa incandescente em formas de madeira

Para produzir uma taça, um profissional que leva o nome de bolador recolhe com a cana uma pequena quantidade de vidro. Então, o soprador se utiliza da bola e colhe o cristal. Em seguida, ele dá forma à mistura pastosa com a ajuda de uma pré-forma, podendo então soprar a peça definitiva. Depois, o copo vai para o gambista, profissional que traz pequenas quantidades de cristal em outra cana e deixa pingar sobre o copo para formar o pé da

taça. Com a ajuda de uma tesoura e pequenas ferramentas, o profissional dá formato ao pé.

O copo então segue para o destacadador, profissional responsável por destacar a peça da cana do vidreiro, indo então para o forno de têmpera. Nele, o cristal ganha resistência. Isto porque o processo permite a redução da agitação molecular. Saindo do forno, começa o processo de acabamento.



Peça ainda com a cachopa

CLEAN

A partir dos anos 90, o cristal ganhou um aspecto mais clean. Os desenhos passaram a ser preteridos por peças lisas. Hoje, apenas 10% do portfólio da empresa é lapidado.

HISTÓRIA

A Lapidação Estrela D'Álva foi a precursora da Cristal Blumenau. A empresa fundada em 1969 recebia copos e cálices de terceiros e fazia o acabamento. Com a entrada de novos acionistas em 1971, nasceu em 1971 a Cristal Blumenau, que iniciou a produção em 1972. Até o final dos anos 80, a empresa tinha produção massificada. Com a liberação das importações nos anos 90, a empresa foi reestruturada, com a redução de funcionários. Em 2005, na iminência da autofalência, começa a recuperação.

CONHEÇA OS PASSOS DA PRODUÇÃO

- 1º PASSO **MISTURA** - Mais de dez produtos químicos são misturados; entre eles, carbonato e nitrato de potássio e óxido de chumbo.
- 2º PASSO **FUNDIÇÃO** - Matéria-prima vai ao forno por 12 horas a 1520 graus. Depois disso, a mistura fundida começa a ser soprada e produzida.
- 3º PASSO **TÊMPERA** - Peças vão a forno no qual o cristal esfria lentamente para garantir resistência às peças. Processo leva uma hora e meia.
- 4º PASSO **CORTAÇÃO** - É cortada a cachopa, parte de cristal que ficou sobrando na peça e era responsável pela junção com a cana do vidreiro.
- 5º PASSO **ESCOLHA** - É feita a seleção dos copos atendendo padrões de qualidade. Processo leva em média duas horas.
- 6º PASSO **LIXA** - A "boca" do copo é lixada para eliminar as irregularidades surgidas durante a corteção da cachopa da peça.
- 7º PASSO **RISCAÇÃO** - Peças que serão lapidadas recebem traços de tinta para facilitar o trabalho do lapidador.
- 8º PASSO **LAPIDAÇÃO** - Rebolos de diferentes granulações giram em uma máquina permitindo o desgaste da peça e formando os desenhos.
- 9º PASSO **POLIÇÃO** - Escovas giratórias e pó de polimento garantem brilho às peças depois de serem lapidadas.
- 10º PASSO **LIMPEZA** - Copos são limpos de maneira a atingirem o brilho e a transparência. No processo, identifica-se peças com defeito.
- 11º PASSO **SELAGEM** - Peças recebem selos com nome da empresa identificando as diferentes qualidades.
- 12º PASSO **EMBALAGEM/EXPEDIÇÃO** - Peças são acomodadas em caixas individuais ou jogos e posteriormente em caixas maiores.



ESPECIALIDADES DE SC

A CERÂMICA DE RIO NEGRINHO PARA O MUNDO

Maior fabricante mundial de canecos, Ceramarte se reposiciona no mercado e hoje aposta na linha cookware

Do Planalto Norte para o mundo. Desde 1956 uma empresa de Rio Negrinho encanta colecionadores de canecos de chope com verdadeiras obras de arte. Oferecendo um relevo diferenciado nos canecos, a Ceramarte avançou fronteiras e pela força empreendedora de seu fundador Klaus Schumacher conquistou a confiança e o crédito de grandes redes, tornando-se a maior fabricante do gênero no mundo.

Entre elas, a cervejaria Budweiser que por mais de 30 anos confeccionou seus canecos arrojados na empresa de Rio Negrinho. A Disney foi outra grande consumidora do trabalho idealizado por Schumacher, que teve em sua esposa Ursula parceira na arte de esculpir as formas para os canecos.

Hoje a empresa tem à frente o filho de Schumacher, Klaus Schumacher Filho, assessorado diretamente por Kilian Schroeder, neto do fundador, que gerencia a área de marketing da Ceramarte. "Nossa empresa também exportou na década de 70 canecos para a Avon, sempre atendendo o tema escolhido pelo cliente", relata Kilian, estimando que em sua história a empresa tenha fabricado 60 milhões de canecos.



Kilian exhibe com orgulho a coleção de canecos, que durante décadas foram fabricados para a cervejaria Budweiser, a Disney e ainda a Avon

Com as mudanças no mercado a partir da década de 90, a exportação que sempre foi o carro-chefe da Ceramarte perdeu espaço e a empresa teve que se reposicionar. "Até quatro anos atrás, as exportações repre-

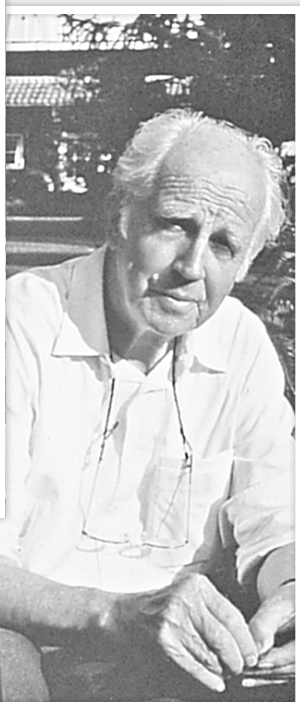
sentavam 90%. Com a concorrência com os produtos chineses e a queda do dólar, tivemos que buscar novos mercados. E resolvemos apostar no mercado interno", observa Kilian. Aproveitando o know-how do fun-

dador Schumacher, que desenvolveu uma massa cerâmica resistente ao choque térmico, a Ceramarte já havia lançado em 1998 sua linha de panelas. Dez anos depois, elas ganharam evidência com o lança-

mento da linha Cookware, formada também por assadeiras, panelas e frigideiras, únicas no mundo a resistir ao choque térmico. "A queima ocorre a 1.300 graus acima da cerâmica normal", atesta.



Fotos do casal Schumacher, fundadores da empresa



ÚNICA A PRODUZIR PANELAS RESISTENTES AO CALOR

Além de deter o título de maior fabricante mundial de canecos, a Ceramarte traz no seu DNA a condição de única a produzir no Planeta panelas de cerâmica com alta resistência a choque térmico. Resultado de três décadas de estudo, elas são totalmente atóxicas e versáteis, podendo ser levadas diretamente ao fogão a gás e elétrico, ao forno de micro-ondas e tradicional, à geladeira e lava-louças. Tem ainda a vantagem de manter a temperatura do alimento.

Vantagens práticas que aliadas ao design arrojado e ao conceito de culinária saudável veem conquistando cada vez mais o gosto do consumidor. Na maior feira de presentes do país, a Gift Fair

de 2011, estarão sendo lançando 250 itens da linha, incluindo todas as cores em 40 modelos.

A Ceramarte emprega 500 colaboradores em sua única unidade de 17 mil metros quadrados.



Em design moderno, panelas são versáteis, indo direto à mesa

SAÚDE VISITA MARIETA KONDER BORNHAUSEN

Hospital e maternidade de Itajaí realiza 1.456 atendimentos ao mês, com sobrecarga de cirurgias

Em visita ao Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, dia 27, a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT), realizou uma reunião para debater e elencar as principais deficiências apresentadas pelos gestores da unidade. Entre as maiores dificuldades está o excesso de atendimento de cirurgias, internações clínicas, obstétricas e neopatia. Segundo a administração, só no primeiro semestre deste ano o hospital teve 1.456 atendimentos ao mês, sendo que destes 472 excedem o previsto no Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com Morastoni, a intenção é diagnosticar os principais problemas que dificultam o atendimento nos hospitais de Santa Catarina, visando solucionar a situação a partir de propostas. Segundo Volnei, o número de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) é proporcional ao número de habitantes do município conveniado ao SUS. Porém, no caso do Hospital Marieta ele excede o previsto pelo SUS por atender outros municípios da região.

Entre as dificuldades apontadas, a diretora geral do hospital, Irmã Sandra Pedrinha Zanotto, afirmou que a falta de leitos faz com que muitos dos pacientes que entram pelo pronto-socorro fiquem em macas nos corredores à espera de um quarto. Além dos pacientes da emergência,



Deputados ouvem direção, funcionários do hospital e comunidade; abertura de Hospital Ruth Cardoso de Balneário Camboriú é defendida para suprir demanda

as gestantes, em algumas ocasiões, também aguardam nos corredores um leito no Centro Obstétrico. "A falta de estrutura física, técnica e de equipamentos, além do excesso de demanda de pacientes encaminhados pelos municípios da Amfri, estão entre as principais carências", revelou.

Diante dos problemas relatados,

o deputado Dado Cherem (PSDB) ressaltou a necessidade de abrir o Hospital Ruth Cardoso em Balneário Camboriú que, segundo o parlamentar, está pronto há dois anos. "Com esta alternativa o atendimento no Hospital Santa Inês, também em Balneário, voltaria ao normal e diminuiria o excesso de demanda

do Hospital Marieta", frisou. Já o deputado Volnei disse que não será possível debater os problemas do Hospital Marieta fora das responsabilidades dos municípios, sendo necessário discutir a vocação dos pequenos hospitais da região.

Já o secretário de Estado da Saúde, Dalmo de Oliveira, revelou

que o Estado está passando por um momento crítico na saúde. "Temos que viabilizar um aporte extraordinário de recursos para suprir as demandas do hospital e concentrar investimentos nos grandes hospitais. Quanto aos pequenos, acredito que é preciso vocacioná-los e capacitá-los para a atenção básica", frisou.

AJUDA FINANCEIRA PARA O HOSPITAL SANTA CATARINA, DE CRICIÚMA

Os deputados Volnei Morastoni (PT), presidente da Comissão de Saúde, Dóia Guglielmi (PSDB), Altair Guidi (PPS), Valmir Comin (PP) e Manoel Mota (PMDB) participaram, no dia 16, de audiência com o governador Raimundo Colombo para discutir a situação do Hospital Materno Infantil Santa Catarina, de Criciúma.

O governo do Estado vai repassar recursos ao Hospital São José para investimentos e este, em contrapartida, continuará, com o auxílio da prefeitura municipal, bancando o custeio do Hospital Santa Catarina. "Vamos ajudar o Hospital São José com recursos para investimentos, para que eles possam suportar o custeio do Hospital Santa Catarina", afirmou o governador.

Colombo declarou que os recursos do Projeto Revigorar, da Secretaria da Fazenda, que atualmente tramita na Assembleia, estimados em R\$ 200 milhões, serão utilizados exclusivamente na saúde. Com es-



Deputados recebem garantia do governador Colombo de que Estado destinará recursos para investimento à instituição

tes recursos o governador imagina resolver parte dos problemas dos hospitais catarinenses.

Para Altair Guidi, as reivindicações de curto prazo não foram satisfeitas, mas para o médio prazo

o cenário é de otimismo.

De acordo com Morastoni, o importante é atender a expectativa

da comunidade, que precisa do Hospital Santa Catarina funcionando. Segundo Morastoni, a Comissão de Saúde permanecerá atenta, pois os problemas do hospital de Criciúma se repetem na maioria dos hospitais do estado.

O secretário de Estado da Saúde reconheceu que é justa a reivindicação do Hospital Santa Catarina, mas afirmou que o Tesouro não tem condições de fazer o custeio dos hospitais filantrópicos, hoje sucateados, principalmente pelos baixos valores pagos pelo SUS. Para o secretário, a saída é encontrar uma área de atuação de alta complexidade, que remunera melhor, para contrabalançar os procedimentos mal remunerados pela tabela do SUS.

Também participaram da audiência o vice-governador Eduardo Moreira, o prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro, a vereadora Romana Remor, o secretário estadual de Comunicação, Derly Massaud, além de dirigentes e gestores da saúde de Criciúma.

AUTOESCOLAS PEDEM TEMPO PARA CUMPRIR EDITAL

Audiência promovida pela Comissão de Transportes culmina com pedido de para adiar por 30 dias prazo de ajuste

ROSSANA ESPEZIN

A Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), reuniu o diretor do Detran, Vanderlei Rosso, e os representantes dos centros de formação de condutores na audiência pública realizada na manhã do dia 28 na Assembleia Legislativa, para debater o polêmico edital para licitação de autoescolas lançado pelo governo do Estado. Eles decidiram solicitar, por intermédio de ofício ao Executivo, ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), a prorrogação, por 30 dias, do prazo de abertura do edital e da vigência do Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

O edital, lançado no início de junho, tem vários pontos de ilegalidade, de acordo com o deputado Darci de Matos (DEM), opinião compartilhada por todos os representantes das entidades da categoria. A redução de vagas para autoescolas em Santa Catarina de 440 unidades para 354, o que inclui a extinção do serviço em municípios de pequeno porte como Arroio Trinta, Ibirama, Agronômica e Rio Fortuna, entre outros, foi um dos principais pontos combatidos pela classe.

A presidente da Associação Catarinense dos Centros de Formação de



Na tribuna, deputado Darci de Matos lembra que edital, lançado no início de junho, apresentou diversos pontos de ilegalidade

Condutores (ACFC), Yomara Ribeiro, afirmou que os termos do edital não correspondem às expectativas dos proprietários de autoescolas, nem do sindicato. "O documento não estabelece diversos critérios importantes e não contemplou todos os CFCs existentes, correndo o risco do fechamento de autoescolas, algumas com mais de 40 anos de serviços prestados", argumentou.

O deputado Joares Ponticelli (PP)

foi um dos mais veementes na defesa da suspensão do edital e exigiu transparência no processo "com todas as cartas na mesa e sem reserva de mercado". O deputado Marcos Vieira, que conduziu o encontro, insistiu na aproximação entre as partes para uma conclusão satisfatória para todos. A deputada Luciane Carminatti (PT) pediu um profundo questionamento com relação à base de sustentação do edital que pareceu "tendencioso".

O líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), rechaçou a sugestão de aplicação de um decreto legislativo para sustar atos do governo e suspender o edital. Ele apelou para a cautela e afirmou que o governo atenderia a solicitação de um prazo maior antes da aplicação do edital mediante um ofício, o que foi acatado. O deputado Aldo Schneider (PMDB) seguiu pela mesma linha de conduta de seu colega de partido.

O Sindicato dos Centros de Formação dos Condutores, a Associação Catarinense de Formação de Condutores, a Associação dos Proprietários dos Centros de Formação de Condutores e a Federação Nacional dos Centros de Formação de Condutores também estavam representados. Essas entidades, em conjunto, deverão apontar os pontos fracos do edital já em reunião marcada para o próximo dia 5.

PORTO UNIÃO MOBILIZADA PARA COMBATER A CRIMINALIDADE

A Comissão de Segurança Pública realizou dia 17 no auditório da Universidade do Contestado (UNC), em Porto União, audiência pública para discutir ações e reivindicações da segurança pública, visando ampliar o combate à criminalidade na cidade e região.

Presidido pelo deputado Maurício Eskudlark (PSDB), o encontro teve a participação do vice-presidente da Comissão, deputado Sargento Amauri Soares (PDT), do deputado Antônio Aguiar (PMDB), do prefeito de Porto União, Renato Staziak, além de representantes da segurança pública, vereadores e comunidade em geral.

Na ocasião, foram reivindicados o aumento do efetivo para as polícias civil, militar e corpo de bombeiros; a renovação da frota; uma nova delegacia regional e outra de proteção à mulher; um posto policial no bairro Santa Rosa; a implantação de câmeras de vigilância nas ruas centrais do município. Também foi discutido o consumo e o tráfico de drogas, além da proibição das propagandas de cerveja e do consumo em locais públicos.

Na reunião, o Comandante da Polícia Militar de Porto União, Major Chokailo Neto, fez um desabafo sobre situação do batalhão. "Quando assumi o comando em Porto União, no ano de 1998, éramos 123 policiais, hoje somos 78, número que vai cair ainda mais, pois neste

ano oito profissionais vão para a reserva", relatou.

O comandante lembrou que a frota de veículos está sucateada. Destacou o fato de Porto União ser fronteira seca com o município de União da Vitória, no Paraná, coloca a região em evidência na criminalidade.

"Todos sabem que regiões de fronteira são problemáticas, os marginais cometem crimes de um lado e vão para o outro; no nosso caso todos vêm para Porto União, pois sabem que nossa estrutura é muito inferior a que existe em União da Vitória", lamentou o comandante.



Deputados Antônio Aguiar, Maurício Eskudlark e Sargento Soares na reunião no auditório da UNC, em Porto União

INVESTIMENTOS

Diante das reivindicações, o deputado Maurício Eskudlark, que foi delegado geral de Polícia Civi, afirmou que nos últimos anos o governo do Estado fez os dois maiores concursos da história da segurança pública. "Os números estão longe do ideal e sabemos que é preciso melhorar, por isso estamos percorrendo o estado para ouvir de perto a comunidade, mas infelizmente estamos pagando o preço por ter uma legislação ruim que protege o marginal, além dos anos de omissão de outros governos em relação a investimentos", comentou Eskudlark.

O deputado se disse satisfeito com o resultado da audiência pública, mas não com a situação. Ele se comprometeu repassar aos colegas parlamentares as informações colhidas.

DEPUTADOS ARQUIVAM MPS DO MAGISTÉRIO

Conteúdo das Medidas provisórias 188 e 189 deve ser regulado por lei complementar

Os deputados decidiram na sessão do dia 28, por unanimidade, declarar a inadmissibilidade da Medida Provisória nº 188, publicada no Diário Oficial de 23 de maio, que fixava o valor do vencimento dos integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual. Ainda tramita no Legislativo a MP nº 189, com conteúdo análogo, mas, de acordo com o posicionamento dos líderes das bancadas com representação na Assembleia, também a MP nº 189 não será admitida.

Os líderes decidiram que não iriam apreciar as Medidas Provisórias 188 e 189 após reunião realizada no final do dia 27. O deputado Gelson Merisio (DEM), presidente do Legislativo, anunciou o arquivamento da primeira MP, o que foi confirmado na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na manhã do dia 28. A segunda MP será arquivada na reunião da CCJ de 5 de julho. Nesse período, Merisio

acredita que o Executivo apresentará ao Parlamento uma proposta de lei complementar para regular o conteúdo das MPs.

Após a reunião de líderes, Merisio e outros parlamentares receberam o comando de greve do magistério estadual. A coordenadora estadual do Sinte/SC, Alvet Bedin, considerou a decisão do Legislativo um avanço. Bedin pediu ao presidente do Legislativo que interceda junto à Secretaria de Estado da Educação para a reabertura das negociações.

A Medida Provisória nº 189, que iniciou sua tramitação na Assembleia Legislativa dia 21 de junho e substituiu a MP 188, modifica os vencimentos, altera gratificações, absorve e extingue vantagens dos professores da rede estadual de ensino. De acordo com a tabela contida na MP 189, o vencimento mínimo de um professor com 40 horas será de R\$ 1.187,00, enquanto o piso básico de um professor doutor, em

fim de carreira, será de R\$ 2.137,00. A MP também prevê a incorporação do prêmio Educar e Jubilar, mas reduz a regência de classe de 40% para 25% aos professores das séries iniciais do ensino fundamental, e de 25% para 17% aos professores das séries finais, medida firmemente contestada pelos professores.

FUNDEB

O presidente anunciou ainda que uma emenda coletiva do Parlamento vai retirar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) da base de cálculo da receita líquida disponível do Estado, que hoje inclui nos percentuais destinados pelo governo aos demais Poderes do Estado e UDESC. A retirada do Fundeb será seguida de uma negociação para recompor os percentuais dos Poderes. A decisão só terá validade a partir de 2012.



Merisio e deputados recebem comando da greve do magistério estadual

FABIO QUEIROZ

PARLAMENTARES DESTACAM PAPEL DO LEGISLATIVO NA SOLUÇÃO DO CONFLITO

O líder do governo, Elizeu Mattos (PMDB) ressaltou o papel decisivo do Legislativo na reabertura do canal de negociações. Elizeu lembrou que que a Casa sempre esteve de portas abertas para receber o magistério, como outras categorias.

Para a deputada Angela Albino (PCdoB), a decisão dos líderes dos partidos possibilitou que a Assembleia assumisse um protagonismo que há muito tempo não vivenciava. "Nós estávamos com a razão, a MP 188 era ilegal. E a MP 189 tem o mesmo vício de ilegalidade e vai ter o mesmo destino." Segundo a deputada, o governo deve enviar ao

Legislativo, nos próximos dias, um projeto de lei complementar, incorporando as propostas do Executivo para terminar com a greve.

Angela também ressaltou a decisão de retirar o Fundeb da base de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL), impedindo a partilha das receitas entre os poderes antes de separar os 25% destinados à manutenção da educação pública. O deputado Padre Pedro Baldissera (PT) louvou a decisão dos líderes de partido de não admitir as MPs e de retirar, a partir de janeiro de 2012, o Fundeb da base de cálculo da RCL.

A deputada Luciane Carminatti

(PT) afirmou que, somadas as isenções de impostos e o Fundo Social, o Estado deixou de arrecadar cerca de R\$ 3 bilhões em 2010 e que para 2014 esse número pode chegar a R\$ 4 bilhões.

O deputado Darci de Matos (DEM) afirmou que "acredita na recomposição dos salários dos professores". Sobre a retirada do Fundeb do cálculo, Darci acredita que "vamos chegar a um bom entendimento". O deputado Manoel Mota (PMDB) destacou a decisão dos líderes, que pavimentou "um caminho para a volta da normalidade".

Para o deputado Valmir Comin,

a bancada do PP, nos últimos oito anos, "atuou em defesa da educação catarinense". Ele ressaltou que nesses oito anos a receita do Estado cresceu nove vezes.

Em aparte, o deputado Joares Ponticelli (PP) lembrou que, apesar do crescimento da receita, o vale-alimentação continua o mesmo valor de quando foi instituído, em abril de 2001. Ponticelli alertou que a retirada do Fundeb da base de cálculo da receita, a partir de 2012, proporcionará R\$ 100 milhões para investimento em educação. Entretanto, segundo o parlamentar, serão necessários R\$ 180 milhões para

cumprir a decisão do STF. Ele sugeriu ao governador que feche metade das secretarias regionais, economizando os restantes R\$ 80 milhões. Ponticelli lembrou que não se pode inviabilizar financeiramente os outros poderes, mas que o Tribunal de Justiça, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Udesc, da Assembleia e o governador terão de encontrar uma solução.

O deputado Dirceu Dresch (PT) reiterou que as MPs representavam um retrocesso, achatavam o salário e reduziam conquistas. "O novo projeto de lei complementar tem que vir com isso corrigido", afirmou Dresch.

AUDIÊNCIA DEBATE QUALIDADE E PROCURA MELHORES CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO



Mais de 700 professores acompanham reunião no hall da Assembleia

JONAS LEMOS CAMPOS

A Comissão de Educação Cultural e Desporto, por solicitação da deputada Angela Albino (PCdoB), realizou dia 21 audiência pública no Plenário Deputado Osni Régis, para debater os rumos da educação em Santa Catarina. A reunião foi conduzida pela vice-presidente da Comissão, deputada Luciane Carminatti (PT), e reuniu cerca de 700 professores.

Além de lideranças sindicais, do Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) e representantes do Legislativo de diferentes municípios, acompanharam a audiência os deputados Darci de Matos (DEM),

Dirceu Dresch (PT), Ismael dos Santos (DEM), Jailson Lima (PT), Neodi Saretta (PT), Padre Pedro Baldissera (PT), Sargento Amauri Soares (PDT) e Volnei Morastoni (PT).

Dentre os encaminhamentos, constam a exigência da garantia de aplicação integral na Educação de 25% dos recursos do orçamento do Estado, o fim da terceirização da merenda e o debate sobre a gestão dos recursos.

O apoio às três proposições referentes ao tema que atualmente tramitam no Legislativo também foi acordado. A primeira é a proposta de emenda à Constituição nº 01/11, do deputado Neodi Saretta, que prevê o aumento

de 25% para 30%, dos recursos do orçamento catarinense para a manutenção e desenvolvimento do sistema de ensino.

O segundo é o projeto 105/10, do Padre Pedro Baldissera, que objetiva desvincular a receita da saúde e da educação do Fundo Social. O terceiro é o PL 189/2011, da deputada Luciane, que condiciona a dedução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para fins de atendimento do disposto no artigo 25, com exceção da Udesc, ao pagamento do Piso Nacional do Magistério.

PRAZO PARA LDO E REVIGORAR

Finanças estende até o dia 6 data para apresentação de relatórios finais



JONAS LEMOS CAMPOS

Relator da LDO, deputado Gilmar Knaesel contabiliza 282 emendas ao projeto, das quais 120 do Orçamento Regionalizado

Em reunião no dia 29, a Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Gilmar Knaesel (PSDB), prorrogou para o dia 6 o prazo para a apresentação dos relatórios finais dos projetos, de origem governamental, PL140/2011 e PL 179/2011, que tratam, respectivamente, das diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 (LDO) e Revigorar 3, programa de revigoração econômica que visa regularizar a situação dos devedores de impostos. A prorrogação tem objetivo de dar mais tempo para a análise das centenas de emendas.

Como relator da LDO, Knaesel afirmou que foram recebidas 282

emendas, 120 das quais oriundas das audiências públicas do Orçamento Regionalizado (OR). "Grande parte das emendas estão relacionadas às melhorias na estrutura rodoviária", disse.

Entre as emendas, destaque para as propostas que desvinculam os recursos do Fundo de Manutenção e da Educação Básica (Fundeb) do cálculo da receita líquida do Estado e de alteração do duodécimo aos Poderes.

Tramitando em regime de urgência, o projeto Revigorar 3 deve ser votado em Plenário na próxima semana. Para que isso seja possível, há a possibilidade, inclusive, de que a Comissão realize uma reunião extra-

ordinária dia 5, logo após a proposta ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, para onde retorna em virtude das emendas. Uma delas, do deputado Marcos Vieira (PSDB), relator do projeto, inclui os hospitais filantrópicos entre as entidades beneficiadas pelo programa. Outra emenda diz respeito à distribuição dos recursos auferidos com o programa, cuja destinação deve ir para a área da Saúde, segundo determinação do governador Raimundo Colombo. A proposta do deputado Dóia Guglielmi (PSDB) estabelece critérios para a distribuição das verbas, sendo um deles o número de habitantes das regiões.

CELERIDADE PARA DEFENSORIA PÚBLICA

Membros da equipe que atua no mutirão carcerário, promovido pela primeira vez em Santa Catarina pelo Conselho Nacional de Justiça, estiveram na Assembleia Legislativa dia 22 para pedir aos parlamentares celeridade na tramitação do projeto que cria a Defensoria Pública no Estado. De acordo com a coordenadora geral do mutirão, juíza Soraya Brasileiro Teixeira, a inexistência do órgão prejudica a eficiência do Judiciário.

O mutirão carcerário é composto por cerca de 60 servidores, 13 juízes, promotores de justiça e defensores públicos, os quais têm como atribuição revisar cerca de 13 mil processos de presos e inspecionar unidades prisionais.

O trabalho iniciou no dia 13 de junho e deve ser concluído até 8 de julho. Cerca de 5 mil processos de presos provisórios e condenados foram cadastrados até o momento e 1,8 mil já estão concluídos, de acordo com Dilso José da Silva, servidor do Tribunal de Justiça designado a atuar no mutirão.

"Infelizmente, o raio-x da execução penal em Santa Catarina é desfavorável e não condiz com as características econômicas e sociais",

informa a coordenadora do mutirão. Ela cita como exemplo o caso de um preso que teve a pena extinta em 2007 e não havia recebido a soltura. Outro condenado, cuja pena deveria ter terminado em 2010, sequer havia recebido assistência judicial. Além de causar superlotação no sistema prisional, essas situações podem onerar o Estado, uma vez que a prisão por tempo superior ao previsto na pena pode motivar pedido de indenização.

Essas situações não ocorreriam se o Estado contasse com uma estrutura de Defensoria Pública, conforme prevê a Constituição de 1988. "Sem Defensoria, o catarinense está amordaçado

no seu direito de reclamar", destaca Soraya.

Os membros do mutirão conversaram com o deputado Romildo Titon (PMDB), presidente da Comissão de Constituição e Justiça, com o deputado José Nei Ascari (DEM), relator do projeto de origem popular que prevê a criação da Defensoria Pública, e com a deputada Luciane Carminatti (PT), presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher. O assunto será objeto de audiência pública, proposta pelas duas comissões, no dia 12 de julho, no Plenário da Assembleia Legislativa.



CARLOS KILIAN

Juíza Soraya Brasileiro Teixeira comanda mutirão carcerário

NA TRIBUNA

TURISMO NA SERRA

O deputado Edison Andrino (PMDB) chamou a atenção para o destaque que os jornais e telejornais do país dão à Serra Catarinense devido ao frio, às geadas e à neve. Andrino lamentou a falta de estrutura do Planalto, onde os turistas não encontram chocolate quente, café colonial ou torta de maçã. Ele anunciou que defenderá audiência pública para tratar do assunto, envolvendo políticos e empresários serranos e o governo do Estado. "É preciso mudar a

mentalidade de quem pensa e faz turismo na Serra", desabafou o parlamentar na tribuna.



Andrino: chocolate quente

FUGA DA PENITENCIÁRIA

A fuga de 78 presos do complexo penitenciário da Trindade, em Florianópolis, foi assunto na tribuna do deputado Sargento Soares (PDT). Ele lembrou que prestou serviços na penitenciária durante 15 anos. "Naquela é poça já era ruim. Mas havia o dobro de policiais e a metade dos presos". Para ele, "a única coisa que segura os presos é o olhar vigilante dos agentes e policiais, porque nos fundos da penitenciária da Trindade não há cerca, nem mu-

ros". Soares denunciou que nos últimos anos ocorreu um processo de favelização da penitenciária.



Sargento Soares: favelização

REVIGORAR NA SAÚDE

O deputado Antônio Aguiar (PMDB) pediu celeridade aos colegas na tramitação do projeto Revigorar. Ele afirmou que os recursos serão utilizados integralmente na saúde. "Vamos investir nos hospitais e pagar melhor os médicos", declarou.

Aguiar defendeu o uso dos recursos do Revigorar na construção de centros de recuperação de drogados e afirmou que a maior vilã entre as drogas é a bebida alcoólica. Ele declarou que, além da

prevenção e da repressão, o estado precisa se ocupar da recuperação dos dependentes de drogas.



Aguiar: investimentos

DIA ESTADUAL DO PORTADOR DE SÍNDROME DE DOWN

Os deputados aprovaram, dia 28, o Projeto de Lei n.º 168/2011, do deputado José Milton Scheffer (PP), que institui o Dia Estadual do Portador da Síndrome de Down, a ser comemorado em 21 de março. A data coincide com o Dia Internacional da Síndrome de Down e tem como objetivo contribuir para a conscientização da população e para formar cidadãos com Síndrome de Down autodeterminados, pro-

dutivos, incluídos na sociedade e com melhor qualidade de vida.



Scheffer: cidadãos produtivos

INDIANO ABRE CAMINHO PARA INCLUSÃO DIGITAL

Tecnologia desenvolvida por empresário garante acesso à telefonia celular e à internet a pequenas cidades e ao meio rural

O empresário indiano Ravij Mehrotra, da Vihaan Networks (VNL), proferiu, dia 27, no Plenário Osni Régis, seminário sobre a introdução da telefonia celular e internet banda larga nas pequenas cidades e comunidades rurais, excluídas pelas grandes operadoras de telecomunicações por causa da baixa demanda, que não suporta os altos custos de implantação da rede física.

A VNL desenvolveu uma tecnologia capaz de atender, por causa do baixo custo de sua implantação, comunidades rurais com uma dezena de usuários até pequenas cidades com 30 mil a 40 mil habitantes. Esta circunstância levou o deputado Jailson Lima (PT) a sugerir à Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) a realização de uma parceria com a VNL para obter essa tecnologia e adaptá-la à realidade catarinense.

Assim, a Unisul enviou um grupo de professores à Índia para conhecer a tecnologia desenvolvida pela VNL, chamada de Microtelecom. Essa visita deu origem a um protocolo de intenções, firmado pela VNL, Unisul, governo do Estado, prefeituras de Águas Mornas e Palhoça, além da Universidade do Estado do Mato Grosso e Universidade do Estado de Goiás. Este protocolo prevê a transferência de tecnologia e o intercâmbio de professores e estudantes entre as universidades brasileiras e a empresa indiana.

ANTENA

Segundo Ravij Mehrotra, no Brasil a banda larga é uma das mais caras do mundo, chegando a custar cerca



Deputado Jailson Lima (microfone) propôs parceria da Unisul com indiano culminando com protocolo de intenções para implantar inovação em SC

de 42 dólares por mês. Mas, através do sistema Microtelecom, é possível fazer chegar nas comunidades mais isoladas banda larga ao custo de R\$ 0,50 por mês. O sistema consiste em uma antena maior que transmite dados via Wi-Fi para outras antenas menores, que por sua vez disponibilizam sinal de celular e banda larga para os usuários próximos.

Mesmo naquelas comunidades que não possuem energia elétrica é

possível implantar a Microtelecom, pois cada antena é alimentada com dois painéis fotovoltaicos que fornecem energia suficiente para o funcionamento do sistema.

De acordo com Ravij, o sistema é rápido, confiável e fácil de implantar e operacionalizar. Ele destacou que a universalização da banda larga pode representar um aumento de 1,4% do PIB do país.

Também ressaltou as vantagens

do desenvolvimento de tecnologia própria em telecomunicações, como a geração de empregos, de mão-de-obra qualificada, além de facilitar o crescimento da indústria local e incluir no mundo digital milhares de pessoas que não têm recursos para acessar os serviços de uma operadora convencional.

“Vocês são privilegiados, o que falta ao país é decidir que vai fazer isto ou aquilo”. Ravij ressaltou a

situação dos jovens que ainda permanecem no meio rural e que estão excluídos do mundo da informação digital: “Se eles abandonarem as áreas rurais, quem vai continuar no campo”, questionou. Para o empresário, “o governo brasileiro precisa demonstrar vontade para que as pessoas no meio rural tenham acesso à telefonia e à internet banda larga”. De outro modo, elas permanecerão excluídas ou trocarão o campo pela cidade.

“QUANDO HÁ COMUNICAÇÃO TUDO É POSSÍVEL”, AFIRMA INDIANO



Ravij Mehrotra, da Vihaan Networks (VNL) explica tecnologia

Para o diretor de Governança Eletrônica do governo de Santa Catarina, Paulo Luna, o sistema Microtelecom não exige grandes investimentos, nem escala, por isso pode ser útil para levar a banda larga às pequenas comunidades. Luna anunciou que o secretário da Fazenda, Ubiratan Rezende, vai defender perante o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) uma redução significativa do ICMS para a internet banda larga.

Para o prefeito de Palhoça, Ronério Heiderscheidt (PMDB), o município dará os primeiros passos na implantação do Microtelecom até 15 de julho,

levando telefonia móvel e banda larga às comunidades pesqueiras e utilizando o sistema na gestão da saúde municipal. “Vamos economizar cerca de R\$ 600 mil por ano na saúde”, comemorou. O reitor da Unisul, professor Ailton Nazareno Soares, enfatizou a transferência de tecnologia e a oportunidade de professores e alunos da instituição participarem da implantação e da customização da Microtelecom para a realidade catarinense.

Para Jailson Lima, que intermediou os contatos entre a Unisul, o governo catarinense e a VNL, o objetivo da parceria é “incluir os excluídos e

informar os desinformados”. Ravij Mehrotra encerrou a palestra afirmando que um telefone celular ou uma banda larga disponível dão poder ao cidadão, porque “quando há comunicação tudo é possível”.

Também participaram do seminário os deputados Valmir Comin (PP), Angela Albino (PCdoB), Dirce Heiderscheidt (PMDB), Volnei Morastoni (PT), Luciane Carminatti (PT) e Dado Cherem (PSDB), o deputado federal Pedro Uczai (PT), representantes do governo do Mato Grosso, das universidades de Goiás e Mato Grosso e dos municípios de Águas Mornas, Guarimir e Osório (RS).